

## OPINIÃO

### Quando os pais dizem: Não quero!



14/01/11, 10:14

Por Alexandra Pinheiro\*

Fazem-se estudos de avaliação de qualidade e de satisfação dos pais. Aconteceu na Nova Zelândia, quando o governo de centro esquerda promoveu estudos independentes e reformou o sistema educativo que hoje se caracteriza por uma extensa autonomia e liberdade de escolha, sendo uma das referências mundiais em termos de qualidade de ensino e equidade social.

Em Portugal, os pais têm manifestado o seu descontentamento contra a rede escolar pública financiada pelo Estado. Começou no Verão com a criação dos mega agrupamentos e do encerramento de escolas com menos de 20 alunos. Hoje, manifestam-se face ao objectivo "encapotado" de o Governo encerrar as escolas públicas geridas por entidades não estatais - as escolas com contratos de associação.

Os pais motivam-se pelos resultados e pela sua vivência nas escolas. Estudos internacionais mostram que a qualidade do ensino está directamente relacionada com a qualidade dos professores, com a liderança escolar, com a adesão dos pais ao projecto educativo, num ambiente de autonomia escolar com prestação de contas! Testemunham que os mais pobres não estão condenados aos piores resultados se introduzidos mecanismos que permitam aos professores responderem a estes desafios. Por isso, estes pais carenciados, que participam na grande obra humana destas escolas públicas gratuitas e que têm grandes expectativas no ensino dos seus filhos, sentem-se injustiçados.

O Ministério da Educação está a braços com a gestão e financiamento de uma mega rede de escolas estatais, tanto quanto sabemos, erigida sem estudos prévios de necessidade e satisfação dos pais, mas impulsionada pelos que consideram que as iniciativas escolares do Estado são mais importantes do que as iniciativas dos cidadãos. Informa, no decurso do ano lectivo, que estas escolas com contratos de associação já não fazem falta, afectando já o seu funcionamento, numa demonstração de claro desrespeito pela estabilidade familiar.

O Estado como garante do serviço público de educação deve estar ao serviço dos cidadãos. Tem de garantir a estas famílias que a escola estatal para onde serão transferidos terá a mesma qualidade (nunca uma com maus resultados, "resignada" ou que "vive à sombra da bananeira"). Terá de assegurar apoios sociais numa escola a tempo inteiro, com apoio extra-curricular e nos trabalhos de casa. Terá de publicar o critério de selecção para determinar o estabelecimento em que cada aluno ficará, sem transferências forçadas para escolas distantes. Só quando esclarecidos sobre todos estes aspectos, caberá aos pais decidir e nunca ao Estado impor.

O FLE tem vindo a alertar que, num estado democrático, o Governo não pode ser simultaneamente dono e gestor de escolas em regime de quase monopólio, estratega e avaliador da sua política educativa. Agora protege as "suas" escolas estatais, sem equidade e transparência numa série de actos discricionários que prejudicam outras escolas públicas, mas de gestão privada, afinal as preferidas pelos pais.

Num país livre é aos pais que compete escolher o projecto educativo para os seus filhos e, nesse sentido, somos livres de dizer - NÃO QUERO essa escola que o Estado impõe para os meus filhos porque estou satisfeito com a que eles frequentam. Em nenhuma situação, a crise económica pode servir de camuflagem para a não prestação de contas e de argumento para a imposição de projectos educativos aos mais fracos, numa violação clara dos direitos fundamentais dos cidadãos. Hoje são estes pais, amanhã quem sabe se não seremos nós...

\*Membro da Direcção do FLE - Fórum para a Liberdade de Educação